

Apelo europeu das organizações de direitos das mulheres e promoção da igualdade de género: Por um acordo climático justo, transformador e sensível ao género

As alterações climáticas são um dos maiores desafios que o mundo enfrenta, e que nos afeta a todas/os. No entanto, mulheres e homens afetam e são afetadas/os pelas alterações ambientais e climáticas de diferentes maneiras; também contribuem para a justiça climática através de diferentes estratégias. Em todos os países, as mulheres e as organizações de direitos humanos das mulheres desempenham um papel importante neste contexto, que tem sido reconhecido pelo programa de trabalho sobre género iniciado na COP 20 em 2014, em Lima. **As mulheres constituem metade da população do mundo: naturalmente o planeta não será salvo sem a liderança e plena participação das mulheres.**

Nas vésperas da 21ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21, 30 de Novembro a 11 de Dezembro de 2015, Paris), a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), coordenação em Portugal do Lobby Europeu das Mulheres (LEM), **apela a que a dimensão dos direitos humanos das mulheres e a igualdade de género sejam totalmente integradas no acordo final da COP21**, não só ao nível dos princípios gerais, mas também nas disposições relativas à implementação de políticas e mecanismos financeiros e tecnológicos. Mais de dois terços dos 154 países que contribuíram para a COP21 não incluíram a perspetiva dos direitos humanos das mulheres.

Apesar do papel de liderança da União Europeia (UE) no avanço das negociações internacionais sobre alterações climáticas, a dimensão da igualdade entre mulheres e homens tem sido praticamente inexistente nas iniciativas e debates políticos a todos os níveis. **O Lobby Europeu das Mulheres apela à UE para que trabalhe no sentido da concretização dos objetivos estratégicos da Plataforma de Ação de Pequim sobre as Mulheres e o Ambiente**, bem como dos seus próprios compromissos recentes sobre Igualdade de Género, Empoderamento das Mulheres e Alterações Climáticas (Conclusões do Conselho de 2012 e 2015), e da implementação concreta de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

“A revolução climática não acontecerá sem as mulheres!”

Pascale Boistard, Secretária de Estado francesa para os Direitos das Mulheres

Rumo a um acordo climático justo e transformador

Apoiamos as seguintes reivindicações de organizações de diferentes sectores:

- Colocar o respeito por todos os direitos humanos no centro do acordo sobre o clima, incluindo o direito a um ambiente saudável, alimento e soberania alimentar, e direitos sexuais e reprodutivos.
- Romper com abordagens neoliberais e a crença de que os mercados e as instituições financeiras vão resolver os problemas que eles criaram. O atual sistema de PIB não integra o impacto do nosso estilo de vida sobre o meio ambiente; precisamos reforçar e respeitar os valores que priorizam a proteção da Terra e o bem-estar das pessoas.
- Incluir a agroecologia e a conservação dos solos nas negociações climáticas.
- Aplicar o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada, através de pagamentos de transferência para financiar a mitigação da mudança climática e adaptação - uma prioridade para os países pobres, que são os mais afetados pelo problema, mas menos responsáveis por ele.
- Redirecionar subsídios e parcerias com indústrias poluentes (combustíveis fósseis, nuclear, armas etc.) para práticas sustentáveis (energias renováveis, a deslocalização da produção e do consumo).



#CommitAccelerateInvest
#SystemChangeNOTClimateChange
#FromWords2action



As mulheres enquanto agentes de mudança para um mundo sustentável e pacífico centrado nas pessoas

Para chegar a um acordo justo, transformador e sensível ao gênero, exigimos:

Reforçar a participação das mulheres e um enfoque na igualdade de gênero!

- Garantir a paridade na tomada de decisão em todos os processos e estruturas envolvidas nas negociações e mecanismos relacionados com o clima. Garantir o direito de todas as mulheres e meninas a serem ouvidas sobre as questões ambientais nas suas regiões.
- Consagrar os princípios dos direitos das mulheres e da igualdade em todos os textos e mecanismos relacionados com o clima: mitigação (redução das emissões de gases com efeito de estufa), a adaptação aos efeitos das alterações climáticas, perdas e danos, tecnologias, etc..
- Integrar a perspectiva de gênero e a orçamentação sensível ao gênero nos mecanismos climáticos e em todas as estratégias relativas ao clima e à energia, desenvolvimento sustentável, e Agenda 21.
- Integrar mecanismos sensíveis ao gênero e ao clima nas trocas financeiras e económicas internacionais.
- Implementar análises de impacto documentadas de iniciativas para os direitos das mulheres públicas e privadas (e.g. “Agricultura climaticamente inteligente”, “Redução de emissões por desmatamento e degradação florestal” e “REDD+”).
- Avaliar, divulgar e sensibilizar para os impactos das políticas ambientais sobre as mulheres, tanto de políticas públicas como das indústrias dos sectores público e privado.

Relacionar gênero, clima, economia e recursos naturais!

- Garantir a coerência entre os compromissos sobre o clima e os da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, a Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento, e as resoluções das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Reivindicações à UE: Acelere a elaboração de uma estratégia ambiental baseada na biodiversidade, desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e bem-estar a partir de uma perspectiva intergeracional e de igualdade de gênero. Inclua sistematicamente a dimensão dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero na definição, objetivos, implementação e acompanhamento nas políticas ambiental/climática/transportes/energia a todos os níveis, incluindo investigação nas políticas internas e externas (incluindo desenvolvimento)

- Reconhecer que as mulheres, através do seu trabalho doméstico não pago, subsidiam a economia. Deve ser promovida a igual partilha deste trabalho entre mulheres e homens e financiados os relevantes serviços públicos.
- Priorizar a igualdade de acesso e posse da terra pelas mulheres, herança, propriedade, ativos partilhados, crédito e apoio técnico, respeitando os direitos das comunidades indígenas.
- Proteger e apoiar a população migrante e refugiada, assegurando os seus direitos fundamentais.
- Promover a economia local, a gestão coletiva dos recursos, desperdícios, reciclagem – atividades frequentemente exercidas por organizações locais de mulheres.

Financiar a igualdade de gênero e a abordagem de gênero!

- No contexto do Fundo para o Clima Verde da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e do Fundo de Adaptação, alocar uma percentagem dos recursos para as organizações de mulheres comprometidas com a proteção ambiental e com atividades económicas sustentáveis, bem como para as pessoas deslocadas e refugiadas devido a situações relacionadas com o clima.
- Alocar recursos para reunir e fazer uso do conhecimento, experiência e práticas locais das mulheres, e incentivar a transferência de competências.

Modos de produção e consumo que incluam a dimensão de gênero!

- Reforçar a orientação e formação das mulheres e raparigas, bem como o seu acesso a disciplinas científicas e técnicas, postos de trabalho criados pela transição energética, gestão e planeamento paisagístico, conservação da biodiversidade e atividades de agroecologia.
- Apoiar as atividades das mulheres nos sectores económico e social que contribuam para modelos de transição da produção e do consumo e para a resiliência ambiental: economia solidária, serviços urbanos e rurais, etc.
- Combater os estereótipos na comunicação relacionada com o consumo, na publicidade e na educação.

Objetivos da Plataforma de Ação de Pequim “As mulheres e o ambiente”

- *Envolver ativamente as mulheres nas decisões ambientais, a todos os níveis.*
- *Integrar as preocupações e perspectiva de gênero nas políticas e programas para o desenvolvimento sustentável.*
- *Reforçar ou criar mecanismos a nível nacional, regional e internacional para avaliar o impacto das políticas ambientais e de desenvolvimento nas condições de vida das mulheres.*

A realidade das alterações climáticas para as mulheres na Europa

Os direitos das mulheres e as alterações climáticas estão interligados: quando os direitos das mulheres não são protegidos (incluindo direitos sexuais e reprodutivos), as mulheres têm menos possibilidades de explorar o seu potencial e de agirem contra as alterações climáticas. Além disso, quanto mais desigual é um país, maior a sua emissão per capita de carbono. **O impacto dos estereótipos de género:** os diferenciados papéis e responsabilidades de género nas famílias e no lar, um mercado laboral segregado em função do género e a disparidade de rendimentos, estão na origem de diferentes vulnerabilidades das mulheres aos efeitos das alterações climáticas. Estas incluem maiores baixas entre as mulheres durante eventos climáticos extremos e experiências stressantes de recuperação de desastres. As disparidades económicas conduzem a diferenças na capacidade adaptativa. As capacidades das mulheres de se adaptarem às alterações climáticas são moldadas pela educação, papéis de género, divisão do trabalho no lar e rendimentos. Por exemplo, na Europa, as mulheres tendem a passar mais tempo dentro de casa, pois muitas vezes têm mais responsabilidades ao nível dos cuidados nas famílias e, portanto, dependem em maior medida do aquecimento dos espaços. Em termos de mobilidade, as mulheres dependem mais do acesso ao transporte público. Devido aos seus mais baixos rendimentos e aos sistemas fiscais neutros em função do género, elas correm maior risco de pobreza energética do que os homens, especialmente pelo seu predomínio em famílias monoparentais. **O impacto na saúde:** as políticas ambientais têm um impacto directo na saúde e nos níveis de vida. O trabalho na esfera dos cuidados pode aumentar devido aos impactos das alterações climáticas na saúde ou devido aos impactos dos desastres naturais, colocando um fardo adicional sobre as mulheres, principais responsáveis pelos cuidados. A privatização da água (apesar da Diretiva Quadro da Água da UE) e dos serviços públicos, incluindo dos transportes públicos, pode ameaçar o acesso das mulheres e dos homens a estes recursos fundamentais. Nalgumas regiões da UE, o acesso a água potável e saneamento de qualidade (como casas de banho públicas ou escolares) ainda não está garantido. Particularmente as mulheres oriundas de grupos discriminados ou que vivem em áreas isoladas (como as mulheres sem abrigo ou as mulheres rurais), ou as mulheres refugiadas têm menos acesso a água potável e saneamento. Não há estudos suficientes sobre a exposição a produtos químicos (por exemplo produtos de limpeza, pesticidas, produtos industriais e agrícolas, produtos de consumo) e os seus impactos na saúde das mulheres e dos homens (incluindo

cancro, gravidez, e saúde sexual e reprodutiva). **As mulheres e as emissões de gases:** de acordo com o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE), as mulheres, em média, geram menos emissões de gases do que os homens, particularmente no sector dos transportes. As mulheres tendem a viajar de forma mais sustentável do que os homens. Na Europa o número global de mulheres que conduzem (40%) é menor do que o de homens (62.2%). Esta situação prende-se, naturalmente, também com as estruturas patriarcais da sociedade que levam a que as mulheres assumam postos de trabalho a uma mais curta distância das suas casas, para que possam lidar com o seu trabalho doméstico e na esfera dos cuidados, mesmo que esses postos de trabalho sejam menos atraentes ou menos bem remunerados. Em termos de nutrição, o consumo de carne diário pelas mulheres tende a ser menor, e sabemos que a criação de gado contribui para as emissões de gases agrícolas. **As atitudes das mulheres em relação às alterações climáticas:** As mulheres são mais propensas que os homens a rejeitar a energia nuclear, e a serem favoráveis a medidas de política para reduzir o consumo de energia. **As mulheres na tomada de decisão sobre o ambiente:** a proporção de mulheres nos organismos de tomada de decisão sobre as alterações climáticas aos níveis nacional, europeu e internacional ainda é muito pequena. A percentagem de mulheres em cargos de elevada responsabilidade relacionados com alterações climáticas em ministérios nacionais é de 33.9%; no sector dos transportes é de 20.2%; e no sector da energia de 17.3%. A percentagem média de mulheres em cargos de elevada responsabilidade relevantes na Comissão Europeia é de 26.9%. E apesar de, na DG da Acção Climática ser de 40% e de na DG Ambiente ser de 37.5%, na DG da Energia é de 20% e na DG Mobilidade e Transportes é de 12.5%. Tal pode ser explicado pelos estereótipos de género e a educação que ainda enquadram a ciência e a tecnologia como áreas “masculinas”. O estudo sobre Pequim+20 do EIGE evidencia a menor probabilidade de as mulheres escolherem áreas científicas e tecnológicas relevantes para as alterações climáticas em termos educacionais e profissionais. **Mulheres ativistas do clima:** a Cimeira de 2014 sobre Mulheres e Alterações Climáticas no Bali juntou líderes em questões ambientais e direitos das mulheres. Tornou visível uma realidade frequentemente negligenciada: a Acção das mulheres no terreno está a trazer mudanças concretas ao nível local. No entanto, em diferentes partes do mundo, as mulheres ativistas do clima são ameaçadas de criminalização e formas várias de violência, incluindo violação.

Alterações climáticas na Europa:

As alterações climáticas antropogénicas ou induzidas pelo ser humano, causadas por emissões de gases com efeito de estufa, são amplamente reconhecidas como um dos maiores desafios do nosso tempo. Os impactos esperados das alterações climáticas na UE incluem eventos extremos mais frequentes, temperaturas elevadas e seca (em particular no Sul da Europa), recuo dos glaciares e reduzida cobertura de neve. O PE reconheceu, em Setembro de 2015, que os efeitos combinados da atividade humana e das alterações climáticas significam que toda a região mediterrânica da UE e algumas regiões da Europa Central são agora classificados como regiões semidesérticas com escassez de água. Consequências das alterações climáticas na Europa incluem aumento do risco de enchentes e inundações costeiras, aumento da erosão, incêndios mais frequentes, grande perda de espécies e mudança de espécies, aumento do nível do mar, poluição do ar, redução da disponibilidade de água e produtividade das culturas. Estes impactos geofísicos resultarão em impactos socioeconómicos, tais como efeitos sobre a saúde humana e pressão sobre as atividades económicas, como o turismo. (Fonte: EIGE).

As mulheres e o ambiente, e a União Europeia

Desde 2012 esta questão constitui uma prioridade na agenda política da UE. Inicialmente, em 2012, o Conselho de Ministras/os do Emprego, Política Social, Saúde e Consumidoras/es (EPSCO) adotou conclusões sobre igualdade de género e alterações climáticas, sublinhando que são necessárias mais mulheres na tomada de decisão sobre o clima por forma a responder-se eficazmente às alterações climáticas. Esta recomendação tornou-se num objetivo concreto da Comissão Europeia (CE) ao nível dos seus compromissos “Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres: Transformar as vidas das raparigas e das mulheres através das relações externas da UE 2016-2020”.

Em 2012, o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) introduziu os primeiros indicadores para medir o progresso da igualdade de género na área das mulheres e do ambiente, mostrando que para desenvolver e manter uma resposta sustentável e eficaz às alterações climáticas, é necessário que uma abordagem de género e que indicadores sensíveis ao género constituam parte integrante de todas as políticas e ações a todos os níveis. No entanto, os indicadores da UE sobre mulheres e o ambiente centram-se principalmente na tomada de decisão, e deveriam incluir outros indicadores quantitativos e qualitativos sobre o impacto direto e indireto das alterações climáticas sobre as mulheres, como a sua ligação com os direitos humanos.

A resolução do Parlamento Europeu (PE) de 2012 sobre mulheres e alterações climáticas explica que as alterações climáticas não são neutras em função do género, que não haverá qualquer justiça climática sem verdadeira igualdade de género, e que as alterações climáticas agravam a discriminação de género. O PE apela à integração da dimensão de género em todos os aspetos das políticas sobre alterações climáticas (incluindo adaptação, mitigação e financiamento). A resolução do PE de 2012 sobre mulheres e a economia verde avança com propostas para apoiar as mulheres nesta nova forma de economia sustentável. A resolução de 2015 do PE sobre a iniciativa cidadã “Right2Water” destaca que as mulheres e as meninas sofrem mais com a falta de acesso a saneamento adequado e decente, o que muitas vezes limita o seu acesso à educação e as torna mais vulneráveis a doenças.

O Lobby Europeu das Mulheres (LEM) é a maior coligação de organizações de direitos das mulheres e igualdade de género na Europa. www.womenlobby.org @EuropeanWomen

Recomendações e análise efetuadas com base no trabalho do Grupo de Associações Francês sobre Género e Alterações Climáticas, e no relatório de Pequim+20 do LEM ‘Das Palavras à Acção’.

Tradução portuguesa realizada pela Coordenação Nacional do LEM, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) – Nov. 2015. O LEM é financiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania.

